



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 04, pp. 46206-46210, April, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.21648.04.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

PSICOLOGIA NO BRASIL: ANTECEDENTES HISTÓRICOS PARA A CONSTITUIÇÃO DA CIÊNCIA E DA PROFISSÃO

*Fernando Faleiros de Oliveira and Liliana Andolpho Magalhães Guimarães

Centro Universitário UNIGRAN Capital; Universidade Católica Dom Bosco

ARTICLE INFO

Article History:

Received 27th January, 2021

Received in revised form

19th February, 2021

Accepted 17th March, 2021

Published online 22th April, 2021

Key Words:

Brasil, Psicologia, História, Ciência, Profissão.

*Corresponding author:

Fernando Faleiros de Oliveira,

ABSTRACT

O estudo objetivou apresentar antecedentes históricos que delinearam a constituição da Psicologia, como ciência e profissão, no Brasil. Realizou-se revisão teórica do tema com a palavra-chave “história da Psicologia no Brasil”, no período de 2010 a 2020, nas bases Lilacs, Scielo, PePsic, Pubmed e Scopus. Respeitados os critérios de inclusão e exclusão, foram utilizadas 29 obras no presente estudo. Destacaram-se três grandes períodos para compreender os caminhos da Psicologia no Brasil: Colonial (1500-1822); Império e Primeira República (1822-1930); e Autonomia e Regulamentação da Profissão (1930-1962). Do surgimento das ideias e saberes psi (normas morais, visão higienista), da vinculação à medicina e à educação, até a conquista de espaços próprios e autônomos que levaram a regulamentação da profissão, se ressalta a amplitude do conhecimento e das práticas que consolidaram a Psicologia no Brasil. Esta ciência e profissão avançou e remodelou seus campos de atuação ultrapassando os limites de sua constituição original, reiterando que seu movimento histórico é heterogêneo, composto de diversas vertentes teóricas e áreas de práticas, e alcança na atualidade diferentes fenômenos psicológicos – em uma construção coletiva constante – influenciados pelos meios físico, psicológico e social, e realizadas com compromisso social.

Copyright © 2021, Fernando Faleiros de Oliveira and Liliana Andolpho Magalhães Guimarães, This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Oliveira, F. F. & Guimarães, L. A. M. 2021. “Psicologia no Brasil: antecedentes históricos para a constituição da ciência e da profissão”, *International Journal of Development Research*, 11, (04), 46206-46210.

INTRODUÇÃO

Para compreender como uma atividade está estabelecida, em um momento contemporâneo, como ciência e profissão, é salutar conhecer os caminhos que demarcaram sua trajetória, de modo a impactar, consolidar e apresentar o que hoje essa práxis representa para a própria categoria e para a sociedade. O presente estudo objetivou percorrer antecedentes históricos que delinearam a constituição da Psicologia como ciência e profissão no Brasil, dividindo esse caminho em três grandes períodos: (i) o Colonial (de 1500 a 1822); (ii) o Imperial e da Primeira República (1822 a 1930); e (iii) o da Autonomia e Regulamentação Profissional (1930 a 1962). Vale ressaltar que se entende que o período pós-regulamentação (1962 em diante) deva ser abordado em outro momento, dada a extensão dos temas e a necessidade de delimitar a estrutura do estudo. Dessa forma, o início dessa caminhada correlaciona os estudos de Antunes (2012) e Ferreira (2006) ao apontar que a Psicologia tem um longo passado, mas uma curta história, bem como não é possível um conhecimento crítico sobre a realidade que prescindia de sua compreensão histórica. Assim, se alicerça a necessidade de contextualizar o cenário do presente ensaio teórico por meio da apresentação dos caminhos percorridos desde a recepção e percepção de saberes psicológicos até a constituição da autonomia e regulamentação da Psicologia em nosso país.

MÉTODO

O estudo se desenvolve por meio da revisão teórica do tema que abarca livros (e respectivos capítulos) e artigos acessíveis gratuitamente, todos disponíveis em meio digital. Os livros são obras constantemente citadas e reconhecidas nos grupos de estudos e instituições que tratam da história da Psicologia no Brasil (da Clio-Psyche, do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais e do Sistema Conselhos de Psicologia) e em artigos científicos das bases Lilacs, Scielo, PePsic, Pubmed e Scopus, além de busca por textos mais citados nos arquivos encontrados em conteúdos anteriormente citados. As obras atendem a um recorte de tempo compreendido no período de 1962 a 2020, sendo a Lei de regulamentação da profissão, a mais antiga (1962). Os descritores utilizados, separadamente, geraram resultados muito difusos na pesquisa, o que foi solucionado com a utilização de um termo que contemplasse todo domínio proposto na pesquisa, a saber: “história da Psicologia no Brasil”. O principal recorte de tempo utilizado para os artigos foi o período de 2010 a 2020, sendo dois títulos anteriores a 2010 (Pereira & Pereira, 2003; e, Pessotti, 1988), inseridos pela compatibilidade com os temas tratados no estudo e por serem referenciados por diversos dos estudos selecionados. Foram utilizadas, portanto, 28 referências para a construção do presente estudo.

Breve Histórico da Psicologia no Brasil: Apresentação e Discussões

Período Colonial (1500-1822): A existência de atividades e conceitos ligados à Psicologia no Brasil aparecem em registros que datam do período colonial. Tal conhecimento (também chamado de saberes psicológicos) advém de autores com formação jesuítica, por meio da pedagogia humanista, e que já se ocupavam de temas, tais como emoções, sentidos, autoconhecimento, educação de crianças e jovens, características do sexo feminino, trabalho, adaptação ao ambiente, processos psicológicos, aculturação e técnicas de persuasão de ‘selvagens’, controle político e aplicação do conhecimento psicológico à prática médica (Antunes, 2012; Pereira & Pereira, 2003). Estudos que buscavam discernir os estados de espírito e o autocuidado guiados pela Companhia de Jesus, no Brasil, levavam à necessidade de formular conhecimentos e práticas de caráter pedagógico e psicológico para criar um homem novo e uma nova sociedade. Esperava-se, também, o controle ou cura das emoções, a solução de problemas de ordem moral enfrentados pela colonização, sempre guiados pela difusão da ideologia dominante (Conselho Regional de Psicologia 6ª Região – São Paulo [CRPSP], 2011; Massimi, 2014). As contradições do processo de colonização são fundamentais para compreender que a constituição contraditória dos saberes psicológicos ocorre desde os primórdios da história da Psicologia no Brasil, refletindo na formação social da (futura) ciência e profissão a partir de seus processos constituintes. Isto é, do movimento que permite apreender que diferentes e criativas ideias psicológicas surgiram para a busca de soluções de problemas da realidade que simultaneamente tentavam manter o *status quo*, bem como se articulavam em busca de uma nova ordem para o país (Antunes, 2014; Massimi & Gontijo, 2015). Não sendo objetivo deste estudo o aprofundamento em autores e obras já consolidadas nos estudos históricos, serão citados apenas como marcos desse caminho os seguintes: Mello Franco, José Bonifácio, Eduardo Ferreira França, Gonçalves Magalhães, Luis Pereira Barreto, com temas como reconstrução espiritual, fisiologia mental, colonização dos índios pela aculturação, elementos de *hygiene* para conservar a saúde, entre tantos outros (Alberti, 2008; Ferreira, 2006; Jacó-Vilela, Ferreira, & Portugal, 2006; Massimi, 2006).

Um desdobramento desse processo é observar que se buscava criar junto à população do país regras e normas que proporcionassem bem-estar do corpo e do espírito. Desse modo, também se observa outro ponto que historicamente transpassa diversos desafios da Psicologia no Brasil: a partir desse período a medicina propõe a si própria ser a ciência do homem, substituindo a ética, a filosofia e a teologia para orientar indivíduos e sociedades rumo à felicidade, abordando problemáticas de natureza psicológica e fazendo com que o médico seja simultaneamente detentor do saber sobre o sujeito e agente da terapia (Massimi, 2014). Contudo, no século XIX, em razão desses movimentos, a *psychologia* emerge como parte de disciplinas dos currículos escolares brasileiros em diferentes áreas do saber (filosofia, direito, medicina, pedagogia). Manuais escolares continham seções dedicadas à hoje denominada Psicologia e neles a diversidade de abordagens no estudo dos fenômenos psíquicos dependiam da multiplicidade de referências filosóficas mais influentes na época – mais notadamente no ensino médico e nas escolas normais, sob inspiração de modelos positivistas. Nesse ponto, o Brasil passa do período colonial para o período imperial e novos caminhos se desdobram para os saberes psicológicos e para a Psicologia (CRPSP, 2011).

Império e Primeira República (1822-1930): Como visto, do barroco, da beleza e decadência, da natureza moral e higienista, e outros, os saberes psicológicos se fizeram presentes em pensadores brasileiros ao longo do século XIX e, com o fim da colônia, o país começou a passar por mudanças marcantes em sua estrutura sociopolítica, econômica e cultural, dada a fixação da família real e respectiva implementação da corte no Rio de Janeiro (nova capital brasileira à época). A partir daí foi proposta a necessária formação de estruturas destinadas à administração pública e à vida cultural, como bibliotecas e instituições de ensino, Faculdades de Medicina e de

Direito, Escolas Normais. Salvador e Rio de Janeiro tornaram-se grandes centros urbanos, apresentando problemas relacionados ao aumento de contingente populacional excluído das condições mínimas de dignidade, denotando problemas de ordem social que continuavam a se aprofundar na nova nação (CRPSP, 2011; Pessotti, 1988). Por essas questões sociais, o século XIX foi próspero na produção de saberes psicológicos, por meio de estudos médicos ou pedagógicos e de intercâmbios intelectuais com países estrangeiros. No entanto, ainda não havia um caráter de compromisso social para com as demandas da população geral em temas como o sistema escravagista de trabalho, a educação informal e os altos índices de adoecimento e mortalidade do povo brasileiro (Antunes, 2014; Ferreira, 2006; Massimi & Gontijo, 2015). Assim, durante o século XIX, as instituições superiores de ensino foram criadas no Brasil e a Psicologia percorreu caminhos sustentados, principalmente, nas escolas de medicina e de educação, inserida em moldes acadêmicos e por meio da evolução de saberes para ideias psicológicas (estudo da elaboração dos conhecimentos psicológicos ao longo do tempo nas diferentes culturas, reconstruindo conhecimentos e práticas psicológicas presentes no contexto de culturas e sociedades específicas). Baseados nos ideais liberais e positivistas, os estudos foram realizados: na medicina, em teses doutorais sobre práticas dos hospícios em temas como paixões, emoções, diagnóstico e tratamento das alucinações mentais, epilepsia, histeria; na implantação e defesa dos hospícios (ou casas de doudos); e na educação, estudando faculdades psíquicas (inteligência, sensação, vontade), aprendizagem, instrumentos educativos e metodologia de ensino, com foco no educando e na formação do educador (Alberti, 2008; CRPSP, 2011; Furtado, 2012; Massimi, 2006; Soares, 2010). Para facilitar a visualização dessa evolução do período imperial até a transição para a Primeira República, se apresenta uma breve linha do tempo – Tabela 1 – para ilustrar esse passo a passo (CRPSP, 2011; Ferreira, 2006; Massimi, 2006; Miranda & Cirino, 2016; Pessotti, 1988; Soares, 2010):

Tabela 1. Linha do Tempo: Antecedentes da Psicologia no Brasil – Império e Primeira República

Ano	Fato
1833	Primeiras faculdades de medicina (Rio de Janeiro e Bahia)
1836	Tese – Paixões e afetos da alma
1841	Hospício de Pedro II
1843	Tese – Proposições a respeito da inteligência
1847	Tese – Origem das idéias do espírito humano
1851	Tese – Psicofisiologia acerca do homem
1854	Tese – Investigações de Psicologia
1864	Tese – Relação da Medicina com as ciências filosóficas: a legitimidade da Psicologia
1890	Tese – Psicologia da percepção e das representações
1890	Reforma Benjamin Constant – disciplinas de Psicologia no currículo das Escolas Normais
1890	Pedagogium&Hospital Nacional de Alienados (antigo Hospício de Pedro II)
1891	Tese – Estudo psicoclínico da afasia
1894	Tese – A memória e a personalidade
1897	Tese – Epilepsia e crime
1900	Tese – Duração dos atos psíquicos elementares
1906	Laboratório de Psicologia Pedagógica no Pedagogium
1907	Tese – Métodos em Psicologia
1907	Laboratório de Psicologia do Hospital Nacional de Alienados
1911	Tese – Associação de idéias
1914	Tese – Sexualidade das neuroses&Laboratório de Pedagogia Experimental na Escola Normal
1923	Laboratório de Psicologia – Engenho de Dentro (RJ)&Liga Brasileira de Higiene Mental
1925	Instituto de Psicologia/Seleção e Orientação Profissional de Recife
1927	Fundação da Sociedade Brasileira de Psicanálise
1928	Decreto que estabelece como obrigatória a disciplina de Psicologia nas Escolas Normais
1929	Laboratório de Psicologia Pedagógica na Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte (MG)

Sobre a Tabela 1, cabe ressaltar três pontos específicos (e que apontam para a importância das ideias psicológicas na constituição de estruturas importantes para o país) sobre laboratórios apresentados e

que extravasarão o debate do período Império-Primeira República: (i) o *Pedagogium*, que integra a história do hoje denominado INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais), vinculado ao Ministério da Educação; (ii) o Laboratório do Engenho de Dentro, hoje parte da UFRJ, que apontou uma tendência de hospícios criando laboratórios de Psicologia; e (iii) o Laboratório de Belo Horizonte, que promoveu extenso programa de pesquisa sobre desenvolvimento mental e calçou bases para a criação da Sociedade Pestalozzi no Brasil. Com uma economia baseada na cafeicultura, um aumento nas relações com nações estrangeiras e uma sociedade recém-saída do sistema de escravidão, o Brasil ingressava em sua Primeira República em 1889, em um período em que adentraram ao país ideias que estavam sendo produzidas pela Psicologia na Europa e nos Estados Unidos. A Psicologia Científica então encontrava terreno próspero para se desenvolver no Brasil, um momento a partir do qual a Psicologia começava a traçar caminhos para ser reconhecida como uma ciência autônoma (Alberti, 2008; Soares, 2010; Antunes, 2014). Ainda assim, segundo Castro, Facchinetti e Portugal (2018) dois pontos precisam ser bem delimitados quando se trata da Psicologia brasileira na Primeira República: (i) a ideia de uma Psicologia aplicada, construída a partir do embate das técnicas, saberes e práticas com os desafios e limites ensejados pela realidade social da Primeira República, ou seja, o movimento aconteceu de modo indefinido e não sistematizado e, muito depois, é que ganharia efetiva organização, no domínio posterior das sistematizações teóricas; e (ii) com a abolição da escravidão e a reorganização do contexto do trabalho no Brasil, os estudos passaram a convergir para essa consolidação dessa que é conhecida hoje, como ciência e profissão, Psicologia na prática de domínios e campos de ação melhor estruturados no Brasil dessa época.

Esses domínios e campos são reafirmados em várias obras, destacando-se as observações de Pessotti (1988) e Soares (2010) de que de 1830 a 1920 a história da Psicologia no Brasil foi escrita basicamente por médicos e, a partir da virada para o século XX (mais notadamente na década de 1920), é que a história da Psicologia passou a sofrer influência de educadores que atuavam nas Escolas Normais. Nesse período de início de século XX já havia grande volume de produção da ciência psicológica em países como França (Binet-Simon), Alemanha (Wundt, Escola de Leipzig, Escola de Frankfurt), Rússia (Pavlov) e Estados Unidos (Watson, Thorndike), assim como surgiam várias perspectivas teóricas e ampliavam-se as possibilidades de intervenção. Muitas dessas ideias foram trazidas para o Brasil por brasileiros que iam estudar e se aperfeiçoar, principalmente, na Europa. No Brasil também observou-se que os hospícios, criados no século XIX, se expandiram no século seguinte e muitos deles fundaram laboratórios de Psicologia, que tiveram importante participação no desenvolvimento e no processo de consolidação da Psicologia como ciência autônoma (Antunes, 2012; Campos, Jacó-Vilela, & Massimi, 2010; Miranda & Cirino, 2016). Entretanto, é necessário compreender a que interesses serviam as demandas e respostas buscadas na Psicologia: no confronto com a ordem política estabelecida pelos interesses liberais que começava a destituir do poder, e dos benefícios deste, uma camada de pessoas que tinha acesso à informação, à cultura e ao conhecimento. Articulada a essas condições é que a Psicologia se desenvolveu e fez parte de um projeto específico de modernização do país (Antunes, 2014). Neste contexto, a última parte do presente estudo pretende revisar, resumidamente, o período em que a Psicologia se constituiu de forma autônoma e atingiu a condição de profissão regulamentada no Brasil.

Constituição da Autonomia e Regulamentação da Psicologia

(1930-1962): A exclusão de determinados grupos dos círculos do poder no Brasil e a efervescência de movimentos geopolíticos no mundo (vide a I Guerra Mundial de 1914 a 1918) durante as primeiras décadas do século XX culminaram no golpe ou revolução (denominação a depender do autor consultado) de outubro de 1930, constituindo-se um marco para uma série de mudanças no país. O movimento que se sagrou *vitorioso* no processo de 1930 excluiu também as camadas populares por ter sido conduzido por representantes de grupos intelectuais, militares e da burguesia industrial emergente (responsável *a posteriori* pela implantação do

processo de industrialização no Brasil). A sociedade brasileira estabeleceu relações sociais de produção com novos conhecimentos e práticas nos quais a inserção e o ajuste do trabalhador pelas demandas da indústria precisaram de processos educativos. Nesse período, a Psicologia estabeleceu muitos de seus fundamentos científicos, os quais permitiram o desenvolvimento e a consolidação da mesma como ciência e profissão por meio de suas teorias e práticas (Antunes, 2012; Catharino, 2008; Furtado, 2012; Jacó-Vilela, 2012; Pereira & Pereira, 2003). O movimento de 1930 decretou o fim da República Velha, Vargas assumiu a presidência voltado à modernização econômica e social, com obras de infraestrutura, instalação de indústrias e reorganização das relações de trabalho. Esse movimento, impulsionado pela Revolução de 1932, contribuiu para a instalação de uma Assembleia Constituinte que promulga a nova Carta Magna em 1934. Em 1937, instaurou-se a ditadura do Estado Novo, que implantou o nacional-desenvolvimentismo no plano econômico, com direcionamento do êxodo das populações do campo para as cidades. Esse período se encerrou em 1945 e o país retornou ao Estado de Direito. Na década de 1950, Juscelino Kubistchek foi eleito e estabeleceu um plano de aceleração do desenvolvimento do país, chamado 50 anos em 5. O Brasil do automóvel e da TV, da bossa nova e da nova capital federal, buscava o fortalecimento da identidade nacional. A sucessão de fatos históricos, ligados a Jânio Quadros e João Goulart, somada à resistência de setores conservadores, geraram uma crise institucional, que culminou no golpe militar de abril de 1964 (Antunes, 2012, 2014). Para demarcar o período apresentado nos parágrafos anteriores, na Tabela 2 é possível observar os principais marcos encontrados nas referências para o período de 1930 a 1962, também chamado por Pessotti (1988) de Período Universitário:

Tabela 2. Linha do Tempo: Antecedentes da Psicologia no Brasil – 1930 a 1962

Ano	Fato
1930	Revolução/Golpe de 1930
1931	Instituto de Psicologia do Ministério da Educação (antigo Laboratório do Engenho de Dentro)
1932	Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte
1933	Instituto de Psicologia do Ministério da Educação
1934	USP (primeira universidade do país)
1937	Instituto de Psicologia do Ministério da Educação, na Universidade do Brasil (hoje, UFRJ)
1937	Instituto Nacional de Pedagogia (atual INEP)
1940	Escola da Fazenda do Rosário
1944	Institucionalização do Departamento Nacional da Criança
1945	Sociedade de Psicologia de São Paulo
1946	Portaria 272: regulamenta os diplomas de especialização
1947	Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP/FGV/RJ)
1949	Sociedade Pestalozzi no Brasil
1949	Associação Brasileira de Psicotécnica
1949	Revista Científica Arquivos Brasileiros de Psicotécnica
1952	Museu de Imagens do Inconsciente
1953	Primeiro curso de Psicologia (PUC-Rio)
1953	Primeiro anteprojeto de regulamentação da profissão de psicologista (ABP & ISOP)
1953	I Congresso Brasileiro de Psicologia (Paraná)
1954	Associação Brasileira de Psicólogos (São Paulo)
1957	Parecer 412: distinção e autonomia disciplinar
1957	Curso de Psicologia da USP
1958	Projeto de Lei 3.825-A: cursos de formação em Psicologia e profissão de psicologista
1959	PL Substitutivo de Regulamentação da Profissão
1961	Entidades de Psicologia analisam o PL Substitutivo em tramitação na Câmara dos Deputados
1962	Lei 4119 (27/08/1962) dispõe sobre cursos de formação e regulamenta a profissão de Psicólogo

Sobre os marcos, é importante ressaltar: (i) em 1934, a Psicologia passou a ser disciplina obrigatória no ensino superior, em três anos nos cursos de Filosofia, Sociologia, Pedagogia e cursos de licenciatura, deixando a condição de disciplina opcional para a Psiquiatria ou a Neurologia; (ii) em 1946, a Portaria 272 institucionalizou especializações, entre elas a formação do Psicólogo brasileiro, que teria que cursar os três primeiros anos de filosofia,

biologia, fisiologia, antropologia ou estatística e depois fazer os cursos especializados da área. Para alguns autores, aqui se estabelece de fato o exercício desta profissão; e (iii) em 1957, a Psicologia diferenciou-se, de forma determinante, da Psiquiatria e da Pedagogia e difundiu ainda mais seu campo de atuação, o que abriu espaço para a apresentação do anteprojeto de lei de regulamentação da profissão de psicologista e de sua formação, o que veio a se consolidar em 1958 (Candido & Massimi, 2016; Collares-da-Rocha & Lima, 2019; Correa da Fonseca & Moraes, 2012; Jacó-Vilela, 2012; Pereira & Pereira, 2003; Pessotti, 1988; Silva Batista, 2010). Quanto a espaços de prática e inserção da Psicologia em movimentos sociopolíticos do Brasil, vale apontar: (i) a criação da Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte, em 1932 por Helena Antipoff, que se desdobrou no desenvolvimento da Escola da Fazenda do Rosário, em 1940, e tinha por finalidade (re)educar crianças excepcionais (hoje, crianças com deficiência) ou abandonadas, na fundação da Cadeira de Psicologia Educacional na Universidade de Minas Gerais, e posteriormente de 1944 a 1949, na institucionalização do Departamento Nacional da Criança (órgão do Ministério da Saúde), e na criação da Sociedade Pestalozzi no Brasil; (ii) o Pedagogium (já citado no período anterior) outrora extinto, teve suas atividades utilizadas para a criação do Instituto Nacional de Pedagogia (depois Instituto Nacional de Pedagogia, hoje INEP) em 1937, com função de organizar documentos referentes a educação e doutrinas e técnicas pedagógicas. O instituto ainda prestava assistência na seleção e formação de funcionários públicos da União; e (iii) em 1931, o Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopata de Engenho de Dentro foi transformado no Instituto de Psicologia do Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo como objetivos, além da realização de pesquisas científicas e aplicações práticas, a efetivação de uma Escola Superior de Psicologia (Miranda & Cirino, 2010; Miranda & Cirino, 2016; Mota, Veras, Varella, & Miranda, 2019; Pereira & Pereira, 2003).

Apresentada a linha do tempo e tais caminhos direcionados, seguem-se, então, as demais análises para compreender os caminhos da consolidação da Psicologia no Brasil até a sua regulamentação. Para tal consolidação, inicialmente, demarcaram-se os seguintes aspectos: (i) a vinda de professores estrangeiros; (ii) a formação de bibliotecas mais ricas; (iii) a criação de uma carreira em Psicologia (ainda vinculada a outros cursos); e (iv) a influência da Psicologia norte-americana. Por conseguinte, essas questões geraram uma polarização: (a) a associação da Psicologia Geral e Experimental, com ênfase em aspectos teóricos e metodológicos da Psicologia, nos cursos de Filosofia e Ciências Sociais; e (b) a dedicação aos testes e a vinculação a uma Psicologia Educacional na formação em Pedagogia (Pessotti, 1988). Esse período caracteriza-se pela expansão das seguintes situações: o ensino de Psicologia (no ensino superior como um todo); o aumento da publicação de livros e periódicos; as atividades de pesquisa na área; a criação sociedades e associações de Psicologia; a realização de congressos; e o aumento dos campos de atuação da Psicologia, principalmente para as práticas clínicas e da organização do trabalho. No período da Nova República até as portas da instituição do regime/ditadura militar é que a Psicologia, respondendo a demandas impostas pelo modelo político-econômico brasileiro, se estabeleceu como ciência e se consolidou como profissão viável e acessível para a sociedade, permitindo a gestação de projetos que culminaram na regulamentação da profissão (Antunes, 2012, 2014; Castro, Facchinetti & Portugal, 2018; Catharino, 2008). Como visto, diversas instituições públicas incorporaram atividades da e para a Psicologia, o que contribuiu para a transformação do Brasil naquele período. Uma delas é o INEP (hoje um órgão vinculado ao Ministério da Educação), que oferecia capacitação para servidores públicos e professores de Psicologia, estágios, serviços de Psicologia aplicada e de medidas educacionais, além de pesquisas que geraram modelos teórico-metodológicos que dão suporte a sistemas de avaliação contemporâneos, como o ENEM e o ENADE. O Instituto de Seleção e Orientação Profissional – ISOP visava formar técnicos para a indústria e o comércio, permitindo o desenvolvimento de pesquisas, de intervenção psicológica e de formação de profissionais especialistas nas questões psicológicas relacionadas à organização do trabalho, além de contribuir no campo

técnico para ações de qualificação profissional que hoje são desenvolvidas pelo Sistema S. Assim, a Psicologia desvinculou-se gradativamente da psiquiatria, ganhando *status* de disciplina independente (Antunes, 2012; CRPSP, 2011; Jacó-Vilela, 2011). Logo, as realizações da Psicologia nesse período, como área de saber e como campo de práticas – contraditória em si, pois se submetia aos interesses dominantes e se opunha a eles, geraram as condições para seu reconhecimento como profissão, com cuidado para apontar outros dois pontos importantes. No primeiro, no caso brasileiro se apresentava uma anterioridade da prática com relação à teoria. Nos episódios, nos empreendimentos institucionais, na construção de um campo próprio para a Psicologia, verificou-se que a técnica precede o conhecimento. Este, de maneira geral, permanece como um fundamento, cujo valor se esgota na derivação de uma ação prática (quer seja uma técnica psicoterápica, um novo teste ou uma ação educativa). No segundo ponto, apesar das contradições, o respeito à demanda empresarial (privada e/ou estatal) impulsionava a institucionalização da formação profissional, vinculada aos interesses de grupos específicos que, obviamente, possuíam problemas também específicos. Passaram, portanto, a ser formados os profissionais da Psicologia, marcados por um pragmatismo que se expressava em soluções para problemas que nem sempre estavam circunscritos ao âmbito técnico (Antunes, 2012; Candido & Massimi, 2016; Catharino, 2008; Esch & Jacó-Vilela, 2012; Figueiredo & De Santi, 2008; Furtado, 2012; Mota, Cara, & Miranda, 2018; Pereira & Pereira, 2003; Soares, 2010).

Diante de todos esses esforços, em 27 de agosto de 1962, foi aprovada a Lei nº 4119, que regulamentaria o exercício profissional da Psicologia no país e estabeleceria o currículo mínimo para sua formação. A efetiva aprovação desta lei deu-se após cerca de dez anos de trâmite no congresso, em decorrência de debates sobre campos de atuação, teorias e objetos de trabalho, com forte campo de tensões com a Medicina, no que tangia as práticas e responsabilidades da Psicologia Clínica (repetindo discussões ocorridas na regulamentação em outros países do mundo), focando particularmente, em um possível monopólio da psicoterapia em campo de atuação profissional. No contexto brasileiro, este debate envolveu diferentes aspectos, tais como diagnósticos, terapêuticas e a definição do objeto da prática profissional. Um dos impactos de tais embates está na Lei nº 4.119 (Brasil, 1962), em que ficou estabelecido como função privativa do Psicólogo o uso de métodos e técnicas psicológicas para, entre outros, realizar o “diagnóstico psicológico” e a “solução de problemas de ajustamento”. O tema tem importância ímpar e permite o desenvolvimento de estudos específicos sobre o mesmo, não cabendo aqui a ampliação deste debate (Candido & Massimi, 2016; Esch & Jacó-Vilela, 2012; Mota et al., 2019; Silva Batista, 2010). A partir desse momento, a Psicologia *per se* passara a formular teorias, técnicas e práticas para orientar e integrar o processo de desenvolvimento demandado por essa nova ordem, se ampliando e consolidando em três grandes campos de atuação: educação, indústria e clínica (que *a posteriori* também refletiram os primeiros principais campos da formação). A Psicologia como ciência e profissão constituiu-se e consolida-se como tal à medida que demonstra capacidade de responder às necessidades geradas pelo projeto sociopolítico do país nesse período, e que tiveram na modernização a base para as realizações do campo das ideias e da gestão de negócios e da sociedade. Essas realizações fundamentadas na ciência psicológica permitiram a consolidação da mesma como atuação profissional específica e sustentaram a reivindicação do espaço de reconhecimento legal, o que pavimentou o caminho da Psicologia para chegar à sua dimensão e importância ao longo do tempo junto à sociedade.

Considerações Finais

A Psicologia avançou e remodelou seus campos de atuação para uma instância social comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ultrapassando os limites de sua constituição e consolidação originais, ainda que seja necessário reconhecer e reiterar que seu movimento histórico é heterogêneo, e que algumas áreas precederam outras em presença e desenvolvimento junto à profissão e

à sociedade. Ao transitar pela história da Psicologia no Brasil, o presente estudo não pretendeu apresentar um quadro definitivo e único, nem definir uma única direção em que a Psicologia se fizesse possível. O objetivo deste, como mencionado anteriormente, foi apresentar caminhos que demonstrassem como a Psicologia (ou as Psicologias) se construiu e se reconheceu como ciência e profissão no Brasil, permitindo uma compreensão sobre – contradições à parte – o caminho percorrido para chegar à regulamentação da profissão e como este ainda se reflete em nossas concepções e práticas da própria área. Nesse estudo não houve a pretensão de apontar figuras ou instituições históricas primordiais para que até aqui chegássemos. Dado o recorte de tempo escolhido para realização do estudo, não foi possível dar prosseguimento à análise do processo formativo próprio da Psicologia em território nacional. Para tanto, sugere-se a continuidade do estudo nas temáticas apresentadas neste parágrafo para que se amplie o escopo, a compreensão e o alinhamento de diferentes fases, atores/atrizes, protagonistas e fatos que constituíram e consolidaram a Psicologia no Brasil. É certo que outra onda de expansão e evolução da Psicologia no país ocorreu ou ocorrerá em momento posterior à regulamentação nos anos de 1960. No entanto, é compreensível que para que se chegasse lá, foi necessário observar fatos, saberes e ideias psicológicas que permitiram, de 1500 a 1962, à Psicologia se constituir como uma ciência autônoma e uma profissão regulamentada, que na atualidade alcança os diferentes fenômenos psicológicos de forma abstrata, ora como manifestação de processos internos, ora como produto de vivências externas – em uma construção coletiva constante – influenciadas pelos meios físico, psicológico e social.

REFERÊNCIAS

- Alberti, S. (2008). História da Psicologia no Brasil: origens nacionais. In: Jacó-Vilela, A. M., Jabur, F., & Rodrigues, H. B. C. *Clio-Psyché: Histórias da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: CEPS.
- Antunes, M. A. M. (2012). A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. *Psicol. cienc. prof.*, 32(spe), 44-65. doi: 10.1590/S1414-98932012000500005
- Antunes, M. A. M. (2014). *A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. 5ª Ed. São Paulo: EDUC.
- Brasil (1962). *Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962*. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República.
- Campos, R. H. F., Jacó-Vilela, A. M., & Massimi, M. (2010). Historiography of psychology in Brazil: Pioneer works, recent developments. *History of Psychology*, 13(3), 250–276. doi: 10.1037/a0020550
- Cândido, G. V., & Massimi, M. (2016). Psicologia como ciência do comportamento na atuação e obra de Carolina Martuscelli Bori: Décadas de 1950 e 1960. *Revista Argentina de Ciencias del Comportamiento*, 8(2). doi: 10.32348/1852.4206.v8.n2.10027
- Castro, A. de C., Facchinetti, C., & Portugal, F. T. (2018). Técnicas, saberes e práticas psicológicas na Primeira República (1889-1930). *Psicologia Em Estudo*, 23, 3-12. doi: 10.4025/psicoestud.v23i0.37446
- Catharino, T. R. (2008). Fragmentos da história da Psicologia no Brasil: Algumas notações sobre teoria e prática. In: Jacó-Vilela, A. M., Jabur, F., & Rodrigues, H. B. C. *Clio-Psyché: Histórias da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Collares-da-Rocha, J. C. C., & Lima, R. S. (2019). Formação e regulamentação em Psicologia nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(3), 12-22. doi: 10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i3p.12-22
- Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org.). (2011). *A História da Psicologia no Brasil*. São Paulo: CRPSP.
- Correa da Fonseca, S., & Moraes, M. (2012). Sobre a regulamentação da profissão de Psicólogo no Brasil: notas introdutórias. *Perspectivas em Psicologia: Revista de Psicologia y Ciencias Afines*, vol. 9, núm. 3, noviembre, pp. 73-81. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=4835/483549016011>
- Esch, C. F., & Jacó-Vilela, A. M. (2012). A Regulamentação da Profissão de Psicólogo e os currículos de formação Psi. In: Jacó-Vilela, A. M., Cerezo, A. C., & Rodrigues, H. B. C. (orgs.) *Clio-psyché: fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Ferreira, A. A. L. (2006). O múltiplo surgimento da Psicologia. In: Jacó-Vilela, A. M., Ferreira, A. A. L., & Portugal, F. T. (Orgs.) *História da Psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau Ed, pp. 13-46.
- Figueiredo, L. C. M., & De Santi, P. L. R. (2008). *Psicologia, uma (nova) introdução: uma visão histórica da Psicologia como ciência*. 3 ed. São Paulo: EDUC.
- Furtado, O. (2012). 50 anos de Psicologia no Brasil: a construção social de uma profissão. *Psicol. cienc. prof.*, 32(spe), 66-85. doi: 10.1590/S1414-98932012000500006
- Jacó-Vilela, A. M. (2012). História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. *Psicol. cienc. prof.*, 32(spe), 28-43. doi: 10.1590/S1414-98932012000500004
- Jacó-Vilela, A. M. (Org.) (2011). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago.
- Jacó-Vilela, A. M., Ferreira, A. A. L., & Portugal, F. T. (Orgs.). (2006). *História da Psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau Ed.
- Massimi, M. (2006). O processo de institucionalização do saber psicológico no Brasil do século XIX. In: Jacó-Vilela, A. M., Ferreira, A. A. L., & Portugal, F. T. (Orgs.) *História da Psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau Ed, pp 159-168.
- Massimi, M. (2014). Uma instituição transmissora de saberes antropológicos e psicológicos no Brasil colonial: a Companhia de Jesus. In: Jacó-Vilela, A. M., & Portugal, F. T. (Orgs.) *Clio-Psyché: instituições, história, Psicologia*. Rio de Janeiro: Outras Letras, pp. 201-219.
- Massimi, M., & Gontijo, S. R. (2015). History of psychological knowledge in Brazilian culture: Weaving Threads on the Loom of Time. *History of Psychology*, Vol. 18, No. 2, 170-182. doi: 10.1037/a0038863
- Miranda, R. L. & Cirino, S. D. (2010). Os primeiros anos dos laboratórios de análise do Comportamento no Brasil. *Psychologia Latina*, 1, 79-87.
- Miranda, R. L. & Cirino, S. D. (2016). O que os laboratórios podem nos dizer sobre a história da Psicologia? *Memorandum*, 30, 104-119. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6492>
- Mota, A. M. D. G. F., Cara, B. S, & Miranda, R. L. (2018). História da Psicologia, por quê? *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1049-1067. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/download/42222/29293>
- Mota, A. M. D. G. F., Veras, A. B., Varella, A. A. B., & Miranda, R. L. (2019). Modelos de saúde mental e doença mental: Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (1949-1968). *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(3), 23-35. doi: 10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i3p.23-35
- Pereira, F. M., & Pereira Neto, A. (2003). O Psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. *Psicologia em Estudo*, 8(2), 19-27. doi: 10.1590/S1413-73722003000200003.
- Pessotti, I. (1988). Notas para uma história da Psicologia brasileira. In: Conselho Federal de Psicologia (Org.) *Quem é o Psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon, pp. 17-31.
- Silva Baptista, M. T. D. (2010). A regulamentação da profissão Psicologia: documentos que explicitam o processo histórico. *Psicol. cienc. prof.*, 30(spe), 170-191. doi:10.1590/S1414-98932010000500008